



## Proposta brasileira em Bali

A inclusão da preservação das florestas na conta das reduções mundiais de gases de efeito estufa deverá ser um dos principais temas das negociações da 13ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-13), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A proposta faz parte da agenda de países em desenvolvimento com grandes florestas tropicais, caso do Brasil, Papua Nova-Guiné e a Indonésia, anfitriã do encontro das Nações Unidas. O secretário-geral da Convenção, Yvo de Boer, defendeu a busca rápida por uma solução que incentive a redução do desmatamento, com compensação baseada no comércio dos chamados créditos de carbono.

Por essa idéia, defendida pela Costa Rica e Indonésia, por exemplo, os países que deixassem de desmatar receberiam dinheiro pelos créditos de carbono gerados com a redução das derrubadas nas florestas. O Brasil, no entanto, é contrário à inclusão do

desmatamento em mecanismos de compensação de créditos.

Segundo a secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, a solução demoraria a ser efetivada e criaria um estímulo para que os países desenvolvidos continuassem poluindo porque teriam possibilidade de compensação por créditos de carbono. Principal representante da delegação brasileira para o assunto, a secretária participou, segunda-feira 3, de uma reunião sobre o tema.

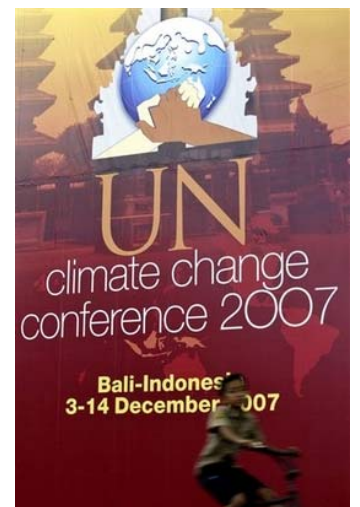
Para a secretária, as florestas não devem ser usadas como a saída para “salvar o clima” e compensar as emissões causadas pela queima de combustíveis fósseis, principal causa do atual estágio de aquecimento global. “As questões do clima têm de ser resolvidas onde foram criadas; não se pode atribuir às florestas um papel maior do que elas têm”, ponderou. “Não vamos fazer concessões.”

A delegação brasileira sugere, em linhas gerais, o financiamento voluntário dos países ricos para as nações em desenvolvimento que comprovarem a redução de desmatamento. Essa solução, no entanto, segundo a secretária, atualmente só é apoiada pela delegação de Tuvalu.

Como na ONU as decisões são tomadas em bloco e aprovadas por consenso, a falta de apoio poderá inviabilizar avanços da proposta brasileira. “Sabemos que de Bali deve sair alguma definição sobre as reduções de emissões por meio da diminuição do desmatamento; ainda não sabemos qual”, disse.

Esta semana, duas organizações não-governamentais (ONGs) internacionais que atuam no Brasil apresentarão em Bali estudos e relatórios sobre o desmatamento, além de sugestões de mecanismos para reduzir as emissões provocadas pela destruição de florestas. A reunião das Nações Unidas na Indonésia vai até o dia 14.

Radiobras



## Entenda as siglas do encontro

**Partes** - São os países que aderiram e ratificaram um determinado tratado internacional

**Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)** É o principal tratado que hoje rege a questão, elaborado durante o processo para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92) e está em vigência desde 1994. A Convenção estabelece compromissos para todos os países, estabelecendo as bases para os acordos posteriores. Pauta-se no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os países, considerando que todos os países devem reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, porém os países industrializados devem assumir a liderança na adoção das medidas nela previstas.

**Protocolo de Quioto** É um acordo vinculado à Convenção, entre 1995 e 1997, contendo diretrizes para a redução das emissões de gases de efeito estufa para países industrializados, relacionados no Anexo I do documento. Em 1997, foram fixadas metas de redução de emissões para o primeiro período de compromissos, entre 2008 e 2012. O Protocolo entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. Os Estados Unidos são o único país desenvolvido que não aderiu ao Protocolo.

**Anexo I** - Também chamado de **Anexo b**, é a relação dos países industrializados para os quais foram determinadas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa e auxiliem os países em desenvolvimento em diversas ações, inclusive mediante apoio financeiro e

transferência de tecnologias.

**Não-Anexo I** - São os países que não integram o Anexo I. Os países deste grupo e signatários do Protocolo de Quioto não possuem metas de redução, embora precisem montar um plano de ação para a redução interna de suas emissões de gases de efeito estufa e medidas para adaptação perante as futuras alterações climáticas.

**CoP** - Conferência das Partes. É a assembléia ou instância máxima de um tratado internacional, abrangendo todos os países que ratificaram ou aceitaram a Convenção. É a autoridade mais alta de tomada de decisões. A COP da Convenção de Mudanças Climáticas é realizada anualmente desde 1995, de modo que em Bali teremos a COP-1 que acontece simultaneamente à MoP.

O local de realização da COP geralmente é alternado entre as cinco regiões reconhecidas pelas Nações Unidas, mas quando não há oferta dos países para sediar a COP, ela realiza-se em Bonn, onde fica a sede do secretariado (que anteriormente ficava em Genebra).

**MoP** - Reunião de negociação entre os signatários do Protocolo de Quioto. Como o Protocolo entrou em vigor em 2005, essa é a 3ª MoP, que acontece dentro da UNFCCC, ao mesmo tempo que a COP.

**Pós 2012** - É o próximo período de compromisso do Protocolo de Quioto. O primeiro período de compromisso vai de 2008 a 2012 e estabelece metas para os países do Anexo I de 5,2% de redução dos GEEs, com base nos níveis medidos em 1990.

# Diálogo da Convenção

Os co-facilitadores do diálogo, Howard Bamsey (Austrália) e Sandea De West (África do Sul), informaram acerca dos quatro grupos do Diálogo e convidaram os delegados a considerar as opções descritas em seu informe (FCCC/CP/2007/4).

Muitas Partes foram favoráveis a que se converta o diálogo em um novo processo e sustentaram que o marco pós-2012 deveria estar concluído em 2009. A União Européia, o AOSIS, a Islândia, a Nova Zelândia, a Noruega e outros pediram um acordo compreensivo mundial. O Japão anunciou uma proposta para a COP e propôs a criação de um novo grupo de trabalho especial da Convenção. Apoiando a mudança para um processo formal, a Nova Zelândia sugeriu que também se unam os processos do AWG e de revisão do Artigo 9. A Nigéria apoiou a continuação do sistema de dois caminhos. Os Estados Unidos se comprometeram a continuar avançando nas negociações da rota de Bali, e apoiou a formação de um grupo de trabalho e um enfoque de dois caminhos. A China manifestou-se a favor de processos paralelos e independentes sob a Convenção e o Protocolo, sendo que no Diálogo seriam tratados a mitigação, a

transferência de tecnologias, o financiamento e a adaptação.

O Canadá solicitou um foco de longo prazo que leve a reduzir à meta de as emissões até 2050, realismo econômico, desenvolvimento de tecnologias e seu uso efetivo, repartição do ônus, flexibilidade e adaptação.

O AOSIS pediu um novo fundo para a adaptação no marco da Convenção. A Noruega identificou a necessidade de incluir as emissões do desmatamento, da aviação internacional e do transporte marítimo.

A Arábia Saudita disse que as Partes do Anexo I buscam que os países em desenvolvimento assumam metas e querem converter a UNFCCC em uma Convenção sobre energia.

Os delegados acordaram tomar nota do informe dos co-facilitadores. O presidente Witoelar, com a oposição da Arábia Saudita, propôs que um grupo de contacto prepare opções para que sejam submetidas à consideração dos ministros, centrando-se na forma, no alcance substancial e no cronograma do processo, bem como em suas implicações orçamentárias. Os delegados acordaram com o estabelecimento desse grupo, coordenado pelo Presidente Witoelar, Bamsey y De Wet.

## Austrália assina Kyoto. O que isso significa?

O primeiro-ministro australiano Kevin Rudd, assinou, ontem, em Bali, na Conferência do Clima, seu primeiro documento oficial no cargo. Empossado há pouco mais de um mês, Rudd explodiu em popularidade entre os adeptos da causa climática após anunciar a intenção de seu país de integrar o Protocolo de Quioto. Também anunciou que a Austrália assume a meta de cortar em 60% as emissões, até 2050, além de ter 20% de energia renovável, até 2020. Assim que Rudd liberou o microfone, seguiram-se mais de um minuto de aplausos.

A Austrália de certa forma aproveitou a ocasião. A pressão internacional é grande em Bali. Entidades independentes buscam de todas as formas mostrar como é possível reduzir as emissões sem ferir a economia. Uma das atrações em Bali é um táxi movido a energia solar (foto).

A entrada da Austrália é importante porque pressiona os EUA a entrar no jogo. Agora, os americanos passaram a ser o único país desen-

volvido não signatário de Quioto.

É verdade que o governo Bush não deve voltar atrás em suas posições. Bush não assina porque acredita que o acordo é injusto já que não inclui países em desenvolvimento. Além disso, Bush afirma que assumir metas atrapalharia o desenvolvimento econômico de seu país.

Qualquer postura mais ousada dos americanos só deve ocorrer com o próximo presidente, em 2008. A medida é mais importante pelo efeito moral que pelo prático. Afinal, a Austrália contribui com apenas 2,1% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Luciana Vicária



# Entendendo as coalizões

Com base na tradição da Organização das Nações Unidas, as Partes são organizadas em cinco grupos regionais: Estados Africanos, Estados Asiáticos, Estados do Leste Europeu, Estados da América Latina e Caribe, e Estados da Europa Ocidental e Outros Estados (que incluem Austrália, Canadá, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Estados Unidos da América). No entanto, esses cinco grupos regionais geralmente não representam os interesses principais das Partes, e vários outros grupos protagonizam as negociações sobre o clima.

**Os países em desenvolvimento** via de regra, atuam por meio do Grupo dos 77 (G-77) para estabelecer posições de negociação comuns. O G-77 foi fundado em 1964 no contexto da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento e agora opera em todo o sistema da ONU, contando com 130 membros. Embora o representante do G-77, que muda a cada ano, usualmente fale em nome do Grupo como um todo, incluindo a China, devido ao fato de o G-77 formar um conjunto muito diverso de diferentes interesses em termos de mudanças climáticas, os países em desenvolvimento também intervêm, ora individualmente ora em outros grupos, como é o caso do Grupo Regional Africano, a Aliança dos Pequenos Estados Insulares e o Grupo dos Países Menos Desenvolvidos.

**A Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS)** É uma coalizão de cerca de 43 países insulares e de baixa altitude, a maioria dos quais são membros do G-77, que são particularmente vulneráveis ao aumento do nível do mar. Os países do AOSIS são unidos pela ameaça que as mudanças climáticas constituem para sua sobrevivência e, frequentemente, adotam

uma posição comum nas negociações. Eles foram os primeiros a propor um texto durante as negociações do Protocolo de Quioto, requerendo cortes nas emissões de dióxido de carbono, de 20% em 2005 em relação aos níveis de 1990.

**Os 48 países definidos como Países Menos Desenvolvidos pela ONU** - Atua regularmente em conjunto no sistema mais amplo da ONU. Têm-se tornado cada vez mais ativos no processo de mudanças climáticas, frequentemente atuando em conjunto para defender seus interesses particulares, como por exemplo em relação à vulnerabilidade e à adaptação às mudanças climáticas.

**Os 27 membros da União Européia** - Se reúnem em particular para definir posições comuns de negociação. O país que detém a Presidência do Grupo fala, então, pela Comunidade Européia e seus 27 Estados-Membros. Como uma organização regional de integração econômica, a Comunidade Européia é, por si só, Parte da Convenção. Contudo, não tem voto separado de seus membros.

**O Grupo Guarda-Chuva** - É uma coalizão fraca de países desenvolvidos não pertencentes à União Européia, formada após a adoção do Protocolo de Quioto. Embora não exista uma lista formal, o Grupo é usualmente formado por Austrália, Canadá, Islândia, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Federação Russa, Ucrânia e Estados Unidos. O Grupo Guarda-Chuva originou-se do Grupo JUSSCANNZ, que foi bastante ativo durante as negociações do Protocolo de Quioto (JUSSCANNZ é o acrônimo, em inglês, de Japão, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Austrália, Noruega e Nova Zelândia).

**O Grupo de Integridade Ambiental** - É uma coalizão recentemente formada, que compreende México, República da Coreia e Suíça.